



Ivanete Salete Boschetti*

 <https://orcid.org/0000-0002-3390-1556>

Corpo Editorial

Bruna Andrade Irineu
Laurinete Silva
Luciana Cantalice
Tatiana Brettas
Tháisa Closs

Em 2021 a *Temporalis* celebra os 20 anos de publicação da edição número 3. A histórica publicação da *Temporalis*, que se comemora nesta edição se tornou um subsídio determinante à formação profissional, documento indispensável para as produções na área do Serviço Social sobre a questão social. A chamada para aquela publicação que se tornaria fundamental na história do Serviço Social fora pensada e articulada durante a Gestão 1998-2000, presidida pela professora Ivanete Boschetti, que nos concede uma instigante entrevista, neste número comemorativo.

Comitê Editorial: *Como você avalia o significado e a importância da Revista Temporalis n. 3 no debate da questão social, considerando o contexto no qual foi publicada?*

A já “clássica” Revista *Temporalis* n. 3 foi publicada em 2001, mas foi gestada no ano anterior, uma vez que seus artigos resultaram das palestras realizadas no VII ENPESS, ocorrido na UnB, em Brasília, em novembro de 2000, com o tema “O Serviço Social e a Questão Social: direitos e cidadania”. O tema do ENPESS e da Revista se impôs como crucial naquele momento, pela sua importância e centralidade no processo de

* Assistente Social. Doutora em Sociologia. Professora Titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ, Rio de Janeiro, Brasil). Av. Pedro Calmon, 550, Cidade Universitária da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro (RJ), CEP.: 21941-901 E-mail: ivaboschetti@gmail.com.

DOI 10.22422/temporalis.2021v21n42p206-212



© A(s) Autora(s)/O(s) Autor(es). 2021 Acesso Aberto Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material para qualquer fim, mesmo que comercial. O licenciante não pode revogar estes direitos desde que você respeite os termos da licença.

elaboração e implementação das Diretrizes Curriculares conduzido pela ABESS/ABEPSS. É preciso recuar um pouco no tempo, para entender essa afirmação. O processo coletivo de elaboração das Diretrizes Curriculares (entre 1994-1996), após profundos e intensos debates (e polêmicas) realizados em inúmeras plenárias locais, regionais e nacionais, consolidado no documento “Diretrizes gerais para o Curso de Serviço Social (com base no currículo mínimo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 8 de novembro de 1996)”, reconheceu como pressuposto da formação profissional que “A relação entre Serviço Social com a **questão social** – fundamento básico de sua existência – é mediatizada por um conjunto de processos sócio-históricos e teórico-metodológicos constitutivos de seu processo de trabalho” (ABESS, 1997, p. 60). A aprovação dessas Diretrizes na XXIX Convenção Nacional da ABESS em 1996, impeliu o Serviço Social brasileiro a aprofundar a compreensão da questão social como pressuposto teórico-metodológico, ético-político e elemento que dá concretude à profissão. Os anos seguintes, entre 1997 e 2000, viram florescer no Serviço Social a incursão de docentes e discentes em pesquisas, leituras, debates e publicações sobre temáticas correlatas aos conteúdos das Diretrizes Curriculares, especialmente sobre Trabalho e Questão Social. Esta incursão ocorre em contexto de crise do capital, com importante reatamento nos debates em curso.

No âmbito internacional, a crise do capital que atinge os países do capitalismo central desde os anos 1970, e se agrava nos anos 1990 com o avanço do neoliberalismo, engendra o aumento e persistência do desemprego de longa duração, a precarização do trabalho, ataques aos direitos sociais e aos movimentos da classe trabalhadora, espraiamento de situações de pobreza e avanço de governos de direita. A sociologia, especialmente de matriz francesa, se dedica a compreender e explicar esses “fenômenos”, atribuindo seu “ressurgimento” na Europa à uma suposta “nova” questão social. São paradigmáticas dessa tentativa de explicação duas publicações que ganharam o mundo, tendo sido traduzidas para países do norte ao sul do Globo. Me refiro aos livros de Pierre Rosanvallon “A nova questão social: repensando o Estado-providência” e de Robert Castel “As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário”, publicados originalmente na França em 1995 e ambos traduzidos e publicados no Brasil em 1998. Embora com perspectivas diferentes, que não cabe aqui aprofundar, ambos remetiam as expressões da crise do capital ao surgimento de uma “nova” questão social. Mesmo antes de sua publicação no Brasil, estas obras já eram lidas e citadas, especialmente pela sociologia brasileira, e também passaram a ser referenciadas pelo Serviço Social. O que considero importante contextualizar aqui é que, na última quadra dos anos 1990 e início dos anos 2000, quando o Serviço Social brasileiro assume em suas diretrizes curriculares a questão social como eixo estruturante da formação social na perspectiva da tradição marxista, que a explica como processo constituído pela lei geral da acumulação e valorização do valor, espraia-se no mundo uma concepção de questão social como “novos” fenômenos sociais em uma perspectiva eurocentrista, seja a perspectiva liberal de Rosanvallon, que a concebe como fracasso do “Estado Providência” europeu, que deve ser reformulado;

¹ Ver histórico dos debates e a íntegra do Documento nos Cadernos ABEPSS n.7, Edição Especial, 1997, p. 58-76. Os Cadernos ABESS foram substituídos pela Revista Temporalis.

seja pela perspectiva social-democrata de Castel, que a situa como resultante das metamorfoses do mundo do trabalho e reivindica a superação do neoliberalismo e a recomposição do “Estado Social” de cariz social-democrata do pós Segunda Guerra Mundial.

No Brasil, vivíamos as particularidades da crise do capital no capitalismo dependente, com o avanço das contrarreformas sob o governo neoliberal de Fernando Henrique Cardoso, e acelerado processo de destruição dos escassos direitos sociais conquistados com a Constituição de 1988. É nesse contexto que as Diretrizes Curriculares reafirmam que “O processo de trabalho do Serviço Social é determinado pelas configurações estruturais e conjunturais da questão social e pelas formas históricas de seu enfrentamento, permeadas pela ação de trabalhadores, do capital, e do Estado, através das políticas e lutas sociais” (ABESS, 1997, p. 61).

A ABEPSS, cumprindo seu papel de articuladora das Unidades de Ensino com vistas a assegurar a direção teórica e social das Diretrizes na elaboração dos Projetos Pedagógicos, se dedica a organizar debates coletivos com docentes e discentes sobre os conteúdos dos Núcleos de Fundamentação e os desafios para implementá-los. É nesse processo que surgem a Revista *Temporalis 1*, dedicada a refletir criticamente sobre a direção teórico-política da então “Reforma do Ensino Superior” de FHC e suas negativas implicações sobre a implantação das Diretrizes; a *Temporalis 2* consagrada a debater as polêmicas teóricas e os desafios para a Implementação das Diretrizes; e a **Temporalis 3**, dedicada a aprofundar a concepção de questão social na perspectiva da tradição marxista, e oferecer às Unidades Formação Acadêmica elementos para estruturar suas revisões curriculares.

Creio não ser excessivo afirmar que a Revista **Temporalis 3** foi um espaço de resistência ao espraiamento da perspectiva francesa da “nova” questão social no Serviço Social. Pode não ter sido um impeditivo, mas creio que cumpriu importante contraponto naquele contexto: fortaleceu a direção teórica e ético-política das Diretrizes Curriculares; aprofundou um debate ainda incipiente (na verdade quase inexistente) sobre o tema com docentes e discentes, fornecendo elementos para as matérias dos Projetos Pedagógicos; apresentou ao público (do Serviço Social e para além dele) uma referência teórica marxista sobre a questão social, num mercado editorial dominado (naquele momento) pelas traduções francesas; lançou o debate em sua pluralidade, mas sem abrir mão da direção teórico-política marxista; apontou reflexões sobre as determinações estruturais da questão social e suas particularidades nacionais; e sinalizou as relações entre questão social, direitos e cidadania. Como uma Revista precursora no debate, nascida de conferências públicas, deve ser entendida no seu tempo, no seu processo de elaboração, com suas intencionalidades, possibilidades e limites. Limites que são, em minha opinião, largamente superados pelas perspectivas de reflexão e diálogos que ela instaurou.

Comitê Editorial: *Passados 20 anos da publicação do referido número da Revista, quais desafios você identifica na articulação entre questão social e a formação e o trabalho profissional em Serviço Social?*

No âmbito da formação e da pesquisa, vinte anos depois, ainda permanece o desafio de intensificar a apropriação da questão social nos currículos, e em publicações como artigos e livros, em suas configurações estruturais, como determinação do modo de produção capitalista, e em suas configurações conjunturais e particulares, como apontam as Diretrizes Curriculares. Infelizmente, ainda encontramos Projetos Pedagógicos e publicações que não conectam as expressões particulares e conjunturais da questão social à formação social no Brasil, ao padrão de acumulação do capitalismo dependente e periférico.

Creio que avançamos bastante nestas duas décadas, e as Diretrizes são fortemente responsáveis por isso, ao incorporar de forma mais densa o debate da formação social brasileira com seus determinantes traços de dependência, colonização, escravidão, e desenvolvimento desigual e combinado. Mas ainda há um percurso longo para que esta perspectiva, que requer articular a exploração de classe, gênero e raça, se consolide como base estruturante da questão social, e passe a compor os componentes curriculares dos projetos pedagógicos de forma generalizada nos cursos de graduação e pós-graduação. Essa articulação, e eu diria mais, a unidade exploração-opressão, ainda é frágil e muitas vezes inexistente no processo formativo, nas pesquisas e mesmo na maioria das publicações disponíveis. Dito de outra forma, a questão social nem sempre é abordada sob o mirante da totalidade histórica, e muitas vezes suas expressões sócio-históricas são descoladas de suas determinações estruturais. E isso reverbera no trabalho profissional, indissociável que é do processo formativo, ainda que não se confundam.

Muitas vezes, senão a maioria das vezes, as expressões da questão social com as quais os/as assistentes sociais se deparam cotidianamente são compreendidas e tratadas na sua imediaticidade, em sua manifestação primeira, alheia às suas causas ou determinações, o que provoca um tipo de trabalho reiterativo, acrítico e descompromissado com as lutas sociais de caráter transformador. Não atribuo essa tendência, ainda existente na profissão, como resultado de opção ou posição individualizada do/a profissional, mas como expressão de processos sociais que rebaixam a formação criativa, crítica e comprometida, a exemplo da explosão de cursos presenciais e à distância de baixa qualidade que não prezam pela formação pautada nas Diretrizes Curriculares; pela ofensiva capitalista aos direitos sociais, especialmente os do trabalho, que precariza as condições e relações de trabalho e não assegura condições objetivas e subjetivas necessárias ao trabalho com qualidade; e pelo avanço do conservadorismo, que também se espalha no Serviço Social, e ataca profundamente os valores e princípios ético-políticos que sustentam as Diretrizes e o Código de Ética Profissional.

Por outro lado, nascem esperanças com as lutas sociais das mulheres, da juventude, especialmente negra e periférica, da população LGBTQI+, que a cada dia faz da luta por

direitos uma mediação fundamental na necessária busca de unidade exploração-opressão, na formação, na pesquisa, e no trabalho profissional.

Comitê Editorial: *Como você percebe os aportes do debate profissional sobre a questão social na análise da política social e na interlocução com as ciências humano-sociais?*

Avalio que o debate crítico do Serviço Social sobre questão social, assentado na tradição marxista, contribuiu para adensar e ampliar as reflexões e análises sobre as funções, limites e possibilidades das políticas sociais no capitalismo, situadas na totalidade histórica. Entendida a questão social como fundamento econômico político e social do capitalismo, determinada pela produção social e apropriação privada da riqueza, um contributo significativo é a superação daquela visão social-democrata que preconiza a política social como campo de bem estar, como espaço neutro de garantia de direitos pelo Estado, como conquista voluntarista da classe trabalhadora, e caminho para superar as desigualdades sociais.

Na perspectiva da tradição marxista, a política social precisa ser explicada considerando a totalidade, a contradição e a mediação, como conjunto categorial inescapável. Como processos inseridos na totalidade histórica, as políticas sociais participam direta e indiretamente dos processos de produção e reprodução social, que constituem movimentos inseparáveis da totalidade concreta e assumem funções imprescindíveis na garantia das condições gerais de reprodução ampliada do capital. Sua estruturação no Estado Social capitalista, em suas formatações concretas, e com suas particularidades nacionais, participa na reprodução material e espiritual da classe trabalhadora, ao realizar bens e serviços públicos que constituem respostas (sempre insuficientes) às múltiplas expressões da questão social. As configurações estruturais e conjunturais da questão social, portanto, criam as necessidades sociais e, em grande medida, delimitam as diversas formatações das políticas sociais, determinadas pelo padrão de acumulação e pela luta de classes.

São as lutas da classe trabalhadora por melhores condições de vida e por formas de enfrentamento às expressões da questão social que atribuem caráter contraditório às políticas sociais, já que estas são necessárias ao processo de reprodução do capital, mas também são fundamentais na garantia de direitos, bens e serviços públicos que possibilitam o atendimento às necessidades da classe trabalhadora, sendo, portanto, importante mediação nas respostas às expressões da questão social.

A mediação não pode ser equivocadamente entendida como meio para superar a questão social, mas como forma de possibilitar o acesso da classe trabalhadora à parcela da riqueza socialmente criada, apropriada pelo Estado sob a forma de fundo público, e que deve se transformar em respostas às expressões da questão social. Essa direção teórico-metodológica na compreensão da relação entre questão social e política social no capitalismo se contrapõe às perspectivas liberal e social-democrata sobre a “nova”

questão social, e convida as ciências humano-sociais a superar as visões fragmentadas e superficiais da realidade.

Comitê Editorial: *Quais desafios atuais no debate sobre a questão social você apontaria em termos de tendências de produção de conhecimento e de agenda de pesquisa na área de Serviço Social?*

O tempo presente está fortemente marcado por uma ofensiva burguesa à crise estrutural do capital, que se prolonga e intensifica desde os anos 1970, com curtos e pífios períodos de crescimento e intensas irrupções de manifestações da crise, como ocorreu nos anos 1990, final dos anos 2000 e nesta década, agudizada pela Pandemia Covid-19. Trata-se de uma contraofensiva às conquistas civilizatórias que possibilitaram assegurar certos direitos sociais e políticos antes interditados à classe trabalhadora. As últimas décadas veem avançar forças de direita e extrema direita que se organizam mundialmente e defendem o que há de mais reacionário e destrutivo da vida e da natureza, alimentando o ultaneoliberalismo truculento, o nacionalismo xenofóbico e chauvinista, o racismo e a LGBTfobia, o individualismo extremado e a competitividade sem limites. Soma-se a este avanço da direita a capitulação da social-democracia, que passa a assumir discursos e práticas conservadoras, mas também a rendição de parte da esquerda anticapitalista que se transmuta em progressista meramente reformista e limita as lutas sociais a posturas exclusivamente defensivas.

São tendências mundiais do capitalismo, ainda que sua concretização se particularize nacionalmente. Daí decorre intensa e acelerada corrosão dos direitos sociais, privatização de bens e serviços públicos, precarização das condições de vida e de trabalho, intensificação da exploração, expropriação dos meios de vida que são transformados em capital, aumento da pobreza e da desigualdade, ressurgimento de deslocamentos forçados, deterioração das formas burguesas de democracia representativa, criminalização das lutas sociais. São agudizadas e renovadas expressões da questão social, que requisitam incursão aprofundada de pesquisas em sua apreensão teórica e crítica para além de suas manifestações imediatas, na perspectiva de captar suas determinações estruturais no capitalismo contemporâneo e suas configurações conjunturais e nacionais.

Esta é uma exigência teórica e ético-política ineludível do Projeto Profissional e Societário do Serviço Social, comprometido com as lutas e demandas da classe trabalhadora. Não se trata de uma agenda de pesquisa estéril, teoricista e enclausurada nos muros acadêmicos. Trata-se de compromisso com o necessário e urgente deslindamento das relações sociais patriarcais – racistas - capitalistas que estruturam a sociedade de classes e reeditam novas e históricas expressões da questão social, como requerimento para estruturar formas de resistência e luta.

Resistência e luta que deve se renovar e se instaurar no cotidiano da intervenção profissional na socialização de informações, na mediação de acesso aos direitos e serviços públicos, com vigor e competência profissional, conectada à direção social da profissão. Resistência e luta na investigação, formação e produção social de

conhecimento crítico nas universidades (graduação e pós-graduação), para derrotar a pretensa neutralidade, o negacionismo, o conservadorismo, o tecnicismo, e todos os “ismos” que invadem, e insidiosamente tentam se apossar do meio acadêmico, aniquilar o pensamento crítico marxista anticapitalista, e reduzir a questão social a “problemas individuais”. Resistência e luta na participação e fortalecimento das organizações coletivas da classe trabalhadora, nas lutas internacionalistas, revolucionárias, libertárias, feministas, insurgentes e corajosas, pois só estas serão realmente capazes de superar a questão social e assegurar a emancipação humana, porque a resistência e a esperança são alimentos de “todas as manhãs”, como nos lembra Conceição Evaristo.

*[...] E acredito, acredito sim
que os nossos sonhos
protegidos pelos lençóis da noite
ao se abrirem um a um no varal de um novo tempo
escorrem as lágrimas fertilizando toda a terra.
Onde negras sementes resistem
reamanhecendo esperanças em nós.
(EVARISTO, 2017, p. 13).*

Ivanete Salete BOSCHETTI

Graduada em Serviço Social pela Universidade Católica Dom Bosco (1985), mestre em Política Social pela Universidade de Brasília (1993), doutora (1998) e pós-doutora (2012) em Sociologia pela Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales de Paris. Foi docente do Departamento de Serviço Social e Programa de Pós-graduação em Política Social da Universidade de Brasília entre 1996 e junho de 2018. Atualmente é Professora Titular da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ESS/UFRJ) desde junho de 2018, ministrando disciplinas na graduação e pós-graduação em Serviço Social. Foi Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Seguridade Social e Trabalho (GESST/UnB) entre 2000 e 2018 e atualmente é vice-líder do Grupo de Estudos e Pesquisas Marxistas sobre Política Social (GEMPS/UFRJ) e integra o NEPEM/UFRJ (Núcleo de Estudos Marxista). Pesquisadora 1A do CNPq. Foi Presidenta da ABEPSS na gestão 1999-2000, Vice Presidenta do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) na gestão 2005-2008 e Presidenta na gestão 2008-2011.
